



ENTREVISTA

ADRIANA MENEZES- A RESPONSABILIDADE DO JORNALISMO AMBIENTAL COMO AGENTE TRANSFORMADOR NA COBERTURA SOBRE MEIO AMBIENTE

Andreia Terzariol Couto¹

RESUMO: A cobertura ambiental brasileira, de forma geral, tem sido marcada por uma falta de aprofundamento e contextualização sobre os fenômenos que abrangem as grandes questões dessa editoria na atualidade, tais como: agressivo desmatamento e grilagem de terras nos principais biomas brasileiros, a saber, floresta amazônica e Pantanal; avanço da fronteira agrícola em direção a esses espaços geográficos de forma descontrolada, ocupando-os sob a forma de monocultura da soja e pastagens; aquecimento global e mudanças climáticas, em decorrência do aniquilamento dos sistemas de vegetação nativa; cobertura sensacionalista de fenômenos climáticos; contaminação dos recursos hídricos, até mesmo dos grandes sistemas Aquífero Guarani e Sistema Amazônico; falta de formação específica dos profissionais que cobrem a pauta de meio ambiente, com a consequente cobertura não aprofundada dos fatos, entre outros fatores. Para analisar o contexto da cobertura ambiental, entrevistamos a jornalista Adriana Menezes, que toma como exemplo o desastre ambiental ocorrido em Mariana, Minas Gerais, em novembro de 2015.

PALAVRAS-CHAVE: *Jornalismo Ambiental. Mariana. Bento Rodrigues. Samarco. Desastre ambiental.*

ABSTRACT: Brazilian environmental coverage, in general, has been marked by a lack of depth and contextualization about the phenomena that cover the major issues of this editorial today, such as: aggressive deforestation and land grabbing in the main Brazilian biomes, namely, Amazon rainforest and Pantanal; advance of the agricultural frontier towards these geographic spaces in an uncontrolled way, occupying them in the form of soybean monoculture and pastures; global warming and climate change, as a result of the annihilation of native vegetation systems; sensationalist coverage of weather phenomena; contamination of water resources, even the great Guarani Aquifer and Amazon System systems; lack of specific training for professionals who cover the May Ambiente agenda, with the consequent lack of in-depth coverage of the facts, among other factors. To analyze the context of environmental coverage, we interviewed journalist Adriana Menezes, who takes as an example the environmental disaster that occurred in Mariana, Minas Gerais, in November 2015.

KEYWORDS: *Environmental Journalism. Mariana. Bento Rodrigues. Samarco. environmental disaster.*

¹ Pós-Doutoranda na Escola de Comunicações e Artes na Universidade de São Paulo. E-mail: andreiatcouth@usp.br

Revista ALTERJOR

Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP)

Ano 13 - Volume 02 - Edição 26 - Julho-Dezembro de 2022

Av. Professor Lúcio Martins Rodrigues, 443, Cidade Universitária, São Paulo, CEP: 05508-020

1. Introdução

Enquanto tratávamos da edição da presente entrevista, fomos surpreendidos com o desaparecimento do indigenista concursado da Funai, Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips. Na ocasião, enquanto nada se sabia sobre o desaparecimento dos dois e as buscas por eles estavam em andamento, veio mais uma vez a discussão sobre o momento sombrio que cobre o Brasil em seus aspectos mais nefastos: estamos à mercê de um governo que, além de genocida, persegue a imprensa e no auge do sofrimento das famílias, amigos e colegas dos dois profissionais, dá mais uma das suas declarações infelizes: estavam em uma “aventura não recomendada”.²

Às vésperas da publicação da entrevista, os restos mortais de Bruno e Dom foram entregues às respectivas famílias para que fossem velados e sepultados. A emoção, indignação e cobrança por justiça também esteve nas últimas homenagens aos dois, que se juntam à nefasta galeria dos que pagam com a vida pela defesa daquilo que cada um dos brasileiros deveria ter como um dever profundo: a proteção do nosso patrimônio natural, que em suas entranhas, abriga os povos originários e uma infindável e ainda desconhecida quantidade de material não catalogado de fauna e flora.

Para o presidente, um jornalista realizar um trabalho investigativo de campo em um dos pontos onde estão concentradas as maiores populações de índios isolados do Brasil, constantemente ameaçados por traficantes, mineradores ilegais, narcotraficantes, pistoleiros e toda a sorte de malfeitores, e denunciar tudo isso à sociedade, é uma “aventura”. Para um governo que transformou a Amazônia em uma terra sem lei, que abriga setores escusos do agronegócio, que dia a dia grilam as terras da floresta, que ampara os garimpeiros ilegais, e para quem a demarcação e proteção das terras indígenas “afeta o agronegócio brasileiro”, o trabalho de jornalistas naquela área incomoda, pois o

² A fala de Bolsonaro, de 7 de junho, foi “intensamente repudiada por organizações jornalísticas e indigenistas”: ele falou, durante entrevista ao SBT, que “realmente, duas pessoas apenas num barco, numa região daquela completamente selvagem é uma aventura que não é recomendada que se faça. Tudo pode acontecer”, afirmou. <https://www.brasildefato.com.br/2022/06/15/bolsonaro-ofendeu-bruno-pereira-e-dom-phillips-ao-falar-em-aventura-e-malvisto-relembre>. Acesso em 22/06/2022.

trabalho de Bruno e Dom denunciam e escancaram os esquemas de corrupção. Tanto é assim que o indigenista, um dos maiores conhecedores das culturas de povos isolados do Brasil, foi afastado do seu cargo a pedido dos ruralistas. Hoje se noticia que os dois foram ameaçados e provavelmente vítimas de uma emboscada. Mais duas pessoas que sucumbem fazendo seu trabalho e denunciando a tragédia em que se transformou o Brasil, e mais ainda a região amazônica. O genocídio dos povos originários caminha a passos largos, bem como o ecocídio de um dos maiores e mais ricos biomas da terra.

Para os jornalistas que trabalham sobre o meio ambiente hoje no Brasil, nunca foi tão difícil. Diariamente temos que ler, reportar, comentar e nos revoltar com o caminho que o país está trilhando na área ambiental. A destruição da floresta em si já é um desastre de grandes proporções, porém, o que se vê é que a região hoje se transformou numa espécie de velho oeste americano, com direito a corrida do ouro, e genocídio indígena. Nesse rastro de destruição, a devastação ambiental se mostra na derrubada da floresta, na poluição dos grandes rios por mercúrio, na contaminação da água e dos peixes, e na morte dos índios, e de todos os que se contrapõem contra os esquemas de espoliação. Assistimos a tudo isso em um ritmo acelerado, como se tudo o que puder ser retirado tem que ser feito aqui e agora, antes que alguém bote ordem no caos.

Os jornalistas ambientais são como devem ser: comprometidos com o seu tempo, com o seu público, não fazem vista grossa, não compactuam com a destruição: tomam posição.

O desaparecimento dos dois profissionais nos consterna profundamente, além de duas vidas que somem, são vidas que passaram pela proteção da natureza, dos povos da floresta, da sua cultura, que denunciaram ao mundo o que está sendo promovido aqui. A “aventura não recomendada” não foi a saída a campo de Bruno e Dom para realizarem seu trabalho. A aventura não recomendada é ter o país se lançado nas mãos de um genocida.

A jornalista entrevistada a seguir é Adriana Menezes, que trabalhou cobrindo tragédias ambientais, como a de Bento Rodrigues, em Mariana, MG, cujo desdobramento foi a publicação de um e-book. A entrevista ocorreu no dia 31/05/2021, como mais uma

das entrevistas em profundidade que tenho realizado ao longo da minha pesquisa de pós-doutorado na área de Jornalismo Ambiental, no CJE da ECA USP, sob a supervisão do professor Dr. Luciano Maluly, e foi realizada de forma remota pelo Google Meet. Adriana Menezes, além de jornalista, é pós graduada pela PUC-Campinas, pós-graduada pela ESPM e pela Cásper Líbero; é especializada em Jornalismo Científico pelo Labjor-Unicamp; Mestre em Divulgação Científica e Cultural, pelo Labjor/Iel – Unicamp e atuou como Editora e coautora do livro “Vozes e silenciamentos em Mariana: crime ou desastre ambiental?”. Também é coautora do livro “Prêmio Jovem Cientista – Histórias da Pesquisa no Brasil” (Fundação Roberto Marinho).

Ela foi bolsista Fapesp atuando na divulgação do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (Nepam/Unicamp) e na produção de conteúdo para a revista eletrônica ComCiência (Labjor/Unicamp); foi bolsista da Fundepag atuando na divulgação científica do Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL), e trabalhou nos jornais *Folha de S. Paulo*, regional Campinas, *Correio Popular* e *Diário do Povo* entre 1990 e 2000. Foi assessora de imprensa na PUC-Campinas e atua como jornalista de Ciências.

A introdução feita acima procurou contextualizar, a partir do desaparecimento de Dom Phillips e de Bruno, o que Adriana Menezes deixou bastante claro na nossa conversa: a necessidade de um jornalismo especializado na área ambiental, e mais, de jornalistas especializados, que possam passar ao público informações seguras e precisas, não somente reportando fatos que, passados os impactos iniciais, voltam ao esquecimento. A falta de jornalistas ambientais especializados faz com que as notícias sobre meio ambiente surjam de tempo em tempo, sem contextualização, deixando a sensação para o público de que mais uma tragédia aconteceu: mais um deslizamento; mais uma barragem rompida; mais mortes. Para Adriana, o jornalista ambiental deve conhecer profundamente os fatos sobre os quais reporta, deve conhecer a legislação, as leis ambientais, somente assim pode contrapor-se, em argumentação, aos desmandos daqueles que irrompem a lei. Somente a partir de uma especialização na área é que o jornalismo poderá ultrapassar a barreira da desinformação, e mais, promover uma cultura da consciência ambiental na população. Nesse sentido, a cobertura ambiental pela imprensa hegemônica não atinge esse objetivo.

2. Entrevista

Andreia Couto - *Inicialmente gostaria que você falasse sobre sua visão, como jornalista, que atua nessa área há bastante tempo, sobre o Jornalismo Ambiental brasileiro na atualidade.*

ADRIANA MENEZES - A minha visão sobre jornalismo ambiental hoje, de uma forma genérica, é que ele, infelizmente, não chega ao público alvo, que na verdade é toda a população, da maneira que seria ideal que chegasse, para efetivamente provocar algum tipo de mudança e de melhorias na questão ambiental.

Aí fica a questão: por que? Tem vários fatores, que vão desde o econômico, desde a falta de interesse mesmo, ou de espaço na grande mídia para essa pauta, entre outros fatores que são mais estruturais na base da nossa educação no Brasil, que não nos prepara para esse olhar, para a perspectiva da conservação ambiental.

De uma forma macro, eu acho que é o que o Milton Santos já dizia: a questão só vai ser percebida pela população da forma como deve ser quando as pessoas se derem conta de que a ameaça ao meio ambiente é a ameaça ao nosso meio de vida, e ainda não existe essa percepção, é uma minoria que tem essa percepção hoje em dia. Eu diria que a gente poderia até comemorar porque talvez esteja crescendo o número de pessoas, de cidadãos no mundo que estão ficando mais atentos para essa questão fundamental, que a ameaça ao meio ambiente é a ameaça ao nosso meio de vida, aos recursos básicos da nossa vida e portanto, à nossa sobrevivência. Essa percepção é o grande obstáculo, a grande barreira para que o jornalismo ambiental consiga de fato chegar às pessoas, que haja uma absorção da mensagem da forma que deveria haver.

Andreia Couto – *Seria algo como se as pessoas, em relação à crise ambiental, ao aquecimento global, vissem o assunto como se não lhes dissesse respeito. É como se pensassem assim, “isso está muito distante de mim, ou então, eu não posso fazer nada”, ou “não tenho o que fazer”, e, conseqüentemente, delegam essa responsabilidade a outras pessoas, cientistas, ativistas. É observável, isso, as pessoas não se aproximam*

dessa questão, o nosso próprio meio ambiente, está sendo destruído, e não tem um apelo como deveria ter junto a esse grande público.

ADRIANA MENEZES – Sim, a maioria das pessoas não se dá conta. Agora, infelizmente, falta essa cultura da consciência ambiental na população, mas falta também no jornalismo propriamente dito, dentro do nosso meio, porque nós estamos inseridos, nós não estamos fora, nós também somos resultado dessa falta de cultura na questão ambiental. Eu não responsabilizo somente o público, são vários elementos que explicam essa dificuldade de o jornalismo ambiental ter maior difusão, há vários elementos, o econômico, mas eu responsabilizo também, em alguns casos, algumas formas de jornalismo ambiental, que eu nem chamaria de jornalismo ambiental, por exemplo, alguns programas que mostram a natureza, que vem com esse selo de ambiental, quando na verdade não é jornalismo ambiental.

Andreia Couto – *Uma visão romantizada da natureza.*

ADRIANA MENEZES – Sim, romantizada, é aquela natureza para contemplação, somente para a admiração do belo e que nos distancia ainda mais, fica aquela coisa longe Às vezes é um misto de turismo e jornalismo ambiental, como se aquilo fosse trazer alguma forma de consciência, e não traz nenhuma. Eu fico bastante chateada com esse tipo de programa que se auto intitula jornalismo ambiental, quando não é, é outra proposta.

Andreia Couto – *E mesmo na grande mídia, o espaço que se dá a essa questão também é muito restrito, as linhas editoriais dos jornais não amparam como deveriam, dando espaço, promovendo a reflexão.*

ADRIANA MENEZES – A falta dessa cultura, da consciência ambiental é também um outro fator, por ela ser recente. Se a gente for ver, a própria legislação é da Constituição de 1988, foi quando começou a ter alguma legislação voltada para isso, e o que a gente vê desde então, uma série de PECs, PLs, emendas de proposta constitucional, projetos de lei, que em geral são motivados por interesses escusos, econômicos, políticos, esse é outro problema. Daí a necessidade realmente de jornalistas especializados nessa área, porque têm que ser especializados, porque é preciso ter conhecimento da legislação. A falta de

jornalistas especializados na área ambiental permite que essas coisas aconteçam mais na calada, porque afinal o jornalismo existe para fiscalizar, principalmente para fiscalizar o poder público. Mas como fiscalizar se a gente sequer tem especialização nisso de maneira que nos permita cobrar e acompanhar, ter conhecimento.

Andreia Couto – *Você acredita, sobre essa questão do jornalismo especializado, que o jornalismo investigativo pode ser uma saída, com todo o modus operandi do jornalismo investigativo, pode andar paralelamente nessa atuação com o jornalismo ambiental?*

ADRIANA MENEZES – Eu acho que sim. Por conta desse funcionamento da nossa política ambiental e legislação ambiental o jornalista dessa área tem que ser investigativo, não é? Nos obriga a ser o que a princípio nem deveria, mas obriga a ser, e eu vejo a grande necessidade dessa especialização. Isso me faz lembrar de Milton Santos que fala das especializações dos saberes, que tem seus pontos negativos no sentido de tirar o todo, mas nesses casos eles são fundamentais para o aprofundamento do objeto. Eu posso citar mais profundamente o caso de Mariana. A cobertura da imprensa naquele primeiro momento do desastre foi o rompimento de uma barragem em Mariana, uma barragem da Samarco, uma barragem de resíduos minerais, a Samarco é uma exploradora de recursos minerais. Mariana é uma cidade de Minas Gerais, vizinha a Ouro Preto, cidades históricas. Mais de noventa por cento da fonte de recursos públicos da prefeitura de Mariana são provenientes da Samarco, que emprega um grande número da população de Mariana. Aí teve o desastre, dezenove mortes, destruiu o ambiente, uma destruição ambiental que poluiu o rio Doce, chegou até o Atlântico, devastou, prejudicou o abastecimento de água, teve uma mortandade enorme de peixes, e destruiu o distrito [de Bento Rodrigues]. Mas naquele momento, em cinco de novembro de 2015, foi no meio da tarde que aconteceu, algumas horas depois a imprensa já estava mobilizada, principalmente a internacional, foi mais rápida, claro, e uma rádio de Minas e uma mais próxima de lá já estavam mobilizadas, e o mundo se voltou para isso, os jornais nacionais não deram exatamente o destaque que merecia, o que se esperava. Um dos fatores também foi a dificuldade de acesso, não só físico, mas o acesso à informação. Isso também atrapalha bastante o trabalho do jornalista ambiental. Nessa situação de desastre, nesse caso, são os jornalistas disponíveis que vão cobrir, não necessariamente os especializados em meio ambiente que foram fazer a

cobertura emergencial. Mas um dos primeiros fatores que dificultaram a cobertura que se estendeu ao longo dos meses foi a falta de acesso às informações, que ficou sob o comando da empresa e dos órgãos públicos, o municipal sequer tinha recurso para atender, também nem tinha as informações. A Samarco basicamente tinha a maior parte das informações. Essa dificuldade de acesso. O segundo ponto: a falta de noção do desastre ambiental em si. Ou seja, a falta de especialização, na área de mineração, mais amplamente na área ambiental, até buscar informação sobre isso, ter noção do que significava aquilo para o rio Doce, para as espécies, torna o trabalho mais lento, mais difícil. Tudo isso são entraves para o jornalismo ambiental e a falta de especialização. Então o jornalista não especializado se depara com um desastre como esse, uma situação como essa, ele se depara com a dificuldade de acesso à informação, ele tem a falta de noção da dimensão do desastre, não tem conhecimento da legislação.

Andreia Couto – *Para o jornalista ir direto ao ponto, às coisas necessárias, levar isso ao público, ele tem que ter um conhecimento preciso sobre o assunto, daí a necessidade da especialização.*

ADRIANA MENEZES – Numa situação dessas, isso fica nítido, por isso é importante que haja a especialização.

Por conta disso tomamos a iniciativa de fazer o livro, é um e-book, tem poucos exemplares impressos, fizemos inicialmente cinquenta exemplares, mas foi pensado para ser um e-book, e ele está no site do Labjor, Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Unicamp. E toda essa questão discutimos em uma disciplina do Labjor e a professora Graça Caldas propôs à turma, da qual eu fazia parte, a realização de um livro sobre o desastre ambiental de Mariana. As turmas do Labjor normalmente são multidisciplinares, tem profissionais de áreas diversas, tem pesquisadores na área de biologia, física e outras tantas, sociologia, letras, e jornalistas, era uma turma que tinha mestrandos, doutorandos, da especialização. A professora Graça trouxe essa questão no primeiro semestre de 2016, já vínhamos acompanhando a cobertura complicada do desastre, daquela agonia de ver a falta de informação. Chegou o momento inclusive que os próprios jornalistas começaram a colocar isso, da falta de acesso à informação.

Andreia Couto – *Gostaria de fazer uma observação, eu conheço bem aquela região, os distritos, morei em Mariana, Ouro Preto, e vários amigos meus que são de Mariana, trabalham lá, são da Universidade Federal de Ouro Preto e de Belo Horizonte. Durante a cobertura eles reclamaram também que os “holofotes” da mídia foram lançados sobre o desastre de Mariana, quando na verdade o desastre aconteceu no distrito de Bento Rodrigues. Pouco se falou sobre Bento Rodrigues, que é – era, porque foi soterrado, um distrito maravilhoso, que abrigava um casario do século 18, uma igreja barroca, construções históricas que foram arrasadas, todo um patrimônio histórico que se liga à questão humana, porque Bento Rodrigues vivia também do turismo. E não se falou muito em Bento Rodrigues, talvez porque a parte conhecida seja Mariana, uma cidade histórica. Seria importante falar – ou ter falado de Bento Rodrigues. O distrito acabou!*

ADRIANA MENEZES – Sim, acabou! Mas eu acho assim, foi responsabilidade da imprensa, ter marcado o desastre com os títulos voltados para Mariana. Aí tem vários motivos, desde o tamanho da palavra, até a questão de ser mais conhecida, Bento Rodrigues torna mais difícil das pessoas localizarem onde seria aquele lugar, Mariana já facilita. Mas realmente, isso inclusive gerou revolta na própria cidade, mas por outro motivo. O desastre não atingiu a parte urbana de Mariana, que também é turística, atingiu o subdistrito.

Andreia Couto – *Sim, porque é distante da cidade de Mariana.*

ADRIANA MENEZES – É uma área rural, mesmo. As pessoas ficaram bravas, a população de Mariana, porque o turismo foi afetado, e eles diziam, “Mariana está perfeita, não precisa deixar de receber turista”, mas a divulgação do desastre e o título que deram como “desastre de Mariana” realmente afastou o turismo.

Mas aí o que aconteceu, e foi uma das coisas que me surpreendeu quando eu estive lá, em junho de 2016, eu e mais dois colegas dessa disciplina do Labjor, para fazer um dos capítulos do livro, eu me surpreendi justamente como a população de Mariana – que primeiro parece que não considerava essa área rural dos distritos e aquela população que vivia ali, como marianenses. E ficaram revoltados com essa repercussão que afastou os turistas e afetou a economia de Mariana e o pior de tudo, ficaram revoltados até com a

cobrança dessa população que foi vítima mais direta, não só pelas mortes, mas pela perda de tudo, perderam suas casas, suas memórias, tudo. Essa população de Mariana na área urbana não aceitava muito que essa população mais atingida, cobrasse seus direitos. Porque todo o desastre acabou provocando a interrupção das atividades da Samarco e demissão, muita demissão. E aí as pessoas responsabilizaram as vítimas! Enfim, foi uma loucura, socialmente falando e aquilo me impressionou bastante. A gente colocou um pouco essa questão no livro.

Voltando ao livro. No primeiro semestre de 2016, durante a disciplina da professora Graça Caldas, ela propôs trabalhar esse tema, já que era um assunto em questão, a própria cobertura pela imprensa sobre o desastre ambiental era um assunto nosso. Ela propôs a realização do livro e a grande maioria topou e começou o projeto, foi um projeto diferente, mesmo, porque era um desafio muito grande. Trinta e cinco pessoas se envolveram, organizamos os capítulos, aproveitando inclusive esse potencial multidisciplinar do curso, a diversidade de olhares. Cada capítulo traz uma perspectiva diferente – tem até poesia no livro, a perspectiva da biologia, a perspectiva do jornalismo, a perspectiva da legislação, a perspectiva social, resultando em um livro de 365 páginas com toda essa diversidade de olhares, um trabalho bem dinâmico. Fui convidada para editar junto com a professora Graça e também participei como aluna, fiz capítulos e editei junto com ela, que era para mim um grande desafio. Tem imagens, a Associação dos Fotógrafos de Minas Gerais nos cedeu imagens, fora as que a gente captou. O link de acesso ao livro *Vozes e silenciamentos em Mariana* está no site do Labjor: http://www.labjor.unicamp.br/wp-content/uploads/2018/04/2a_edicao_digital_vozes_e_silenciamentos_em_Mariana_06042018_LABJOR_09-04.pdf

Aí a gente teve sorte de poder ter uma paginadora na turma, a Fabiana Grassani, que fez um trabalho gráfico belíssimo e ficou lindo. Organizamos uma redação mesmo, foi incrível, muitas pessoas nunca tinham feito aquilo, foi um trabalho legal, uma dinâmica muito boa e cada um se aprofundou. Fizemos várias entrevistas boas, por exemplo, com o prefeito Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior, de Mariana, que tinha acabado de assumir, há apenas seis meses, a prefeitura. Foi bastante solícito, e ele falou, entre outras coisas,

da questão econômica, da dependência econômica da cidade em relação à Samarco e falou também uma coisa que eu também considerei muito importante: que o rio Doce já estava ameaçado porque não há tratamento de esgoto na cidade de Mariana, Ouro Preto, em quase nenhuma das cidades ali no entorno. Então ele trouxe uma questão ambiental, mas assim, tentando inverter um pouco, tentando diminuir o desastre de certa forma, dizendo que o rio já estava ameaçado.

Andreia Couto – *Quando eu vivi em Mariana, na década de 1980, a estrada que liga Mariana e Ouro Preto é muito bonita, sinuosa e lá de cima podíamos ver o rio que corria quase em paralelo com a estrada. Tinha dias que sua coloração era de um alaranjado bem forte. Ficávamos olhando aquilo, conscientes que era poluição, porque tinha uma outra empresa, em Ouro Preto, a Alcan – Alumínio Canadense, que também despejava todos os resíduos no rio, além de poluir o ar, principalmente à noite, que ficava irrespirável. Nós víamos o rio alaranjado passando abaixo, sabíamos que era poluição, mas não havia uma mobilização, a gente simplesmente observava naquela época, conversávamos entre nós, estudantes, que era algo horrível, achávamos esquisito, ruim, porque a gente andava muito pelas matas, queria nadar no rio, mas não dava, não podia entrar no rio, mas naquela época não havia um ativismo em relação a isso.*

ADRIANA MENEZES – Eu entrevistei um sociólogo da Unicamp, o Roberto do Carmo, e ele falou, entre outras coisas, uma frase que eu achei fantástica, e que resume bastante essa questão da análise ambiental da perspectiva da população e da reação das vítimas, inclusive. Ele fala assim: “Os desastres são construídos socialmente”. E aí ele explica um pouco, porque de fato, em Mariana, a população tinha conhecimento dos riscos, não é um fato totalmente desconhecido. Por isso que a grande reivindicação era sobre a sirene. Não houve um alarme, era obrigatório que tivesse havido.

Foi criado lá um jornal justamente com o nome *A Sirene*, uma iniciativa de jornalistas e alguns estudantes da UFOP do curso de Jornalismo, alguns professores e da própria comunidade. Um jornal comunitário.

Andreia Couto – *O curso de Jornalismo da UFOP é relativamente jovem. Como foi o engajamento, o envolvimento da faculdade de jornalismo, dos professores, dos alunos quando aconteceu o desastre?*

ADRIANA MENEZES – Tivemos um suporte incrível da UFOP durante a nossa visita, que foi rápida, quatro dias, e fizemos mais de vinte entrevistas nesse período, muitas com a UFOP, prefeitura, população. E na UFOP conversamos com vários professores de Jornalismo, procuramos entrevistar também o pessoal da Engenharia, da Engenharia de Minas, um dos poucos que tem no Brasil, e da Geologia. Mas havia uma questão delicada, porque muitos deles eram consultores da Samarco. Houve uma situação desconfortável. A empresa está ali e observa os profissionais da área. Como eram consultores não podiam dar entrevista, havia um conflito de interesses, não podiam falar pela universidade, como pesquisadores, era uma questão política, econômica etc. E criminal, também, havia toda uma investigação sobre os responsáveis, e é óbvio que a responsabilidade foi total da Samarco, havia laudos anteriores sobre a rachadura. Tem a questão de que naquele ano e nos anos anteriores havia uma crise de mineração no mundo, então a Samarco aumentou a produção, o preço havia caído...tudo isso contribuiu para causar o desastre, ou seja, a responsabilidade total. Mas houve essa questão da universidade, a gente não conseguiu fazer as entrevistas em todas as áreas dos saberes que gostaríamos de ter feito. Mas o pessoal do jornalismo estava totalmente engajado, por iniciativa da professora Jussara Brites, e outros professores que entrevistamos também. Essas entrevistas estão no capítulo quatro do livro. Em relação aos alunos, o acontecimento virou projeto, os alunos discutiam em sala de aula, foram ouvir essas vozes que não estavam sendo ouvidas pela imprensa. No início a imprensa ficou em busca da versão oficial e depois é que foi incluindo essas outras vozes das vítimas. Foi um trabalho bacana e parte dele você pode ver nesse jornal *A Sirene*. Ele teve muita participação da UFOP, mas a iniciativa foi da Arquidiocese de Mariana. Tem um jornalista, Gustavo Nolasco, de Ouro Preto, mas estava morando em Belo Horizonte, e naquele momento ele foi para Mariana e é um dos responsáveis pelo jornal *A Sirene*, além da professora Jussara e os alunos, e virou um projeto bacana, é belíssimo o jornal. Ele sai mensalmente, você consegue achar na internet, no Facebook, capas lindas. Eles também cederam várias fotos para o livro e

contribuíram bastante para o trabalho. O jornal era mantido com recursos da Arquidiocese, e o Gustavo Nolasco, que tinha empresa de comunicação, também entrou nesse projeto e também a UFOP, e então o jornal foi se mantendo, tinha trabalho dos estudantes junto à comunidade, ficou um trabalho belíssimo.

Só para concluir, eu esqueci de falar, a disciplina da Graça era semestral, acabava em julho de 2016, mas o livro foi publicado em outubro de 2017, por uma questão de produção e por uma dificuldade, naquele momento após a disciplina as pessoas se dispersaram, 35 pessoas escrevendo, foi trabalhoso dar uma unidade ao livro com 35 autores diferentes, textos com estilos muito diferentes e ainda por cima com perspectivas muito diferentes, foi demorado o trabalho de edição e por outros tantos motivos e logística, cada um com suas atividades.

Antes do lançamento, a gente transformou o trabalho em uma série no jornal da Unicamp, digital, dividida em capítulos, toda semana era publicado um capítulo, foi bem legal, também, ajudou a repercutir o acontecimento.

Andreia Couto – De fato, a gente não pode deixar essas histórias morrerem. Mesmo porque na região há uma ameaça, de haver outro rompimento. A discussão não pode morrer jamais.

Referências

- CALDAS, Graça (Org.). **Vozes e silenciamentos em Mariana**. Crime ou desastre ambiental? Campinas: Unicamp/Nudecri/Biblioteca Central César, 2018, 2. Edição, 356 Disponível em: http://www.labjor.unicamp.br/wp-Campinas:lattescontent/uploads/2018/04/2a_edicao_digital_vozes_e_silenciamentos_e_m_Mariana_06042018_LABJOR_09-04.pdf. Último acesso: 24/06/2022.
- JORNAL A SIRENE. <https://jornalasirene.com.br/>